



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA**

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 33577500

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2014

Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ÁREA/SUBÁREA/ESPECIALIDADE: 211

DIREITO

Caderno de Provas

Questões Objetivas

INSTRUÇÕES:

- 1- Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
- 2- Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
- 3- A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas, não podendo o candidato retirar-se com a prova antes que transcorram 2 (duas) horas do seu início.
- 4- A prova é composta de 50 (cinquenta) questões objetivas.
- 5- As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão Resposta a ser entregue ao candidato. Lembre-se de que para cada questão objetiva há **APENAS UMA** resposta.
- 6- O cartão-resposta deverá ser marcado, obrigatoriamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta).
- 7- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
- 8- O Candidato deverá devolver ao Fiscal o Cartão Resposta, ao término de sua prova.

211 - DIREITO

01. Constituem objetivos fundamentais do Estado Brasileiro, **EXCETO**:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) garantir o desenvolvimento nacional.
- c) erradicar a pobreza e a marginalização.
- d) reduzir desigualdades sociais e regionais.
- e) promover o bem de todos, sem preconceitos religiosos, de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

02. Sobre as normas de “Jus Cogens” asseguradas na Convenção de Viena sobre Tratados (1969), é **CORRETO** afirmar que

- a) são cláusulas assecuratórias de direito que desobrigam o Estado signatário ao cumprimento de tratado por conflitarem com o direito interno.
- b) são normas de superioridade hierárquica que caracterizam os tratados internacionais de direitos humanos.
- c) são institutos de direito internacional que concedem eficácia “erga omnes” à obrigação internacional dos Estados de respeitar os direitos humanos.
- d) são normas imperativas do direito internacional geral e que não admitem acordo em sentido contrário.
- e) são especial conjunto de princípios que apresentam especial força legal, que não podem ser derogados ou contraditados por especial direito costumeiro.

03. A Declaração de Viena (1993) sobre tratados proclamou, em seu parágrafo quinto, que “Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter relacionados”. Isso significa dizer que:

- a) Os Tratados de direitos humanos não são submissos a costumes regionais e ou locais.
- b) Os Tratados de direitos humanos não são submissos à legislação ordinária interna anterior à submissão do Estado ao Tratado.
- c) Os Tratados de direitos humanos são hierarquicamente inferiores à Constituição do Estado signatário.
- d) Os Tratados de direitos humanos modificam normas ordinárias internas conflitantes com o tratado.
- e) Os tratados de direitos humanos não podem ser assinados seletivamente acatando apenas alguns dos direitos neles previstos.

04. Quanto às sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinam indenização às vítimas de violação de direitos humanos, é **INCORRETO** afirmar:

- a) são títulos executivos judiciais devendo ser executados segundo procedimentos relativos a execução de sentença desfavorável ao Estado.
- b) precisam ser homologadas pelo STF.
- c) não dependem de homologação do STF.
- d) podem ser objeto de projeto de lei que determine o pagamento à vítima quando reconhecido o direito do autor pelo Estado Condenado pela Corte.
- e) podem ser por valor específico determinado pela Corte, mesmo que contrarie a jurisprudência majoritária dos Tribunais internos.

05. A República Federativa do Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) prevalência dos direitos humanos.
- b) autodeterminação dos povos.
- c) defesa da paz.
- d) repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) liberdade religiosa.

06. Considerando-se que, na forma do artigo 22, I da Constituição, compete exclusivamente à União legislar sobre processo, e que, na forma do artigo 24, XI também da Constituição, competem concorrentemente a União, os Estados e o DF na possibilidade de legislar sobre procedimentos em matéria processual, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) O Estado poderá alterar regra recursal por tratar-se de mero procedimento.
- b) Modificações determinadas por lei federal por iniciativa da União serão sempre processuais e nunca procedimentais.
- c) Meros procedimentos podem ser alterados por legislação estadual.
- d) As condições da ação podem ser alteradas por lei estadual.
- e) A coisa julgada pode assumir características diferentes em cada Estado da Federação.

07. Qual das opções a seguir **NÃO É** requisito da petição inicial apta?

- a) o pedido
- b) o juiz ou tribunal a quem é dirigida
- c) a prova específica para o caso
- d) o valor da causa
- e) o requerimento de citação do réu

08. Analisar a legitimidade das partes, o interesse processual do autor, a prescrição e a decadência são atitudes que o juiz deverá tomar quando

- a) analisar o mérito recursal.
- b) analisar a admissibilidade do recurso.
- c) proferir o despacho saneador.
- d) for julgar o mérito da ação.
- e) admitir a petição inicial como válida.

09. Quando, embora reconhecendo o fato em que se fundou a ação, o réu apresentar óbice impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o juiz

- a) deverá designar perícia.
- b) obrigatoriamente determinará a replica do autor em 10 dias.
- c) julgará o processo no estado em que se encontra.
- d) determinará a ementa da inicial.
- e) extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

10. Das opções abaixo, relacionadas à coisa julgada, qual delas é **FALSA**?

- a) Comando dispositivo que é imutável e indiscutível.
- b) Não incide sobre pessoas que não tenham participado do processo.
- c) Opera-se para aquele que, participando do processo, foi vencido por insuficiência de provas.
- d) Opera-se para aquele que, participando do processo, não tenha conseguido provar o alegado.
- e) Submetem-se às mesmas regras tanto no processo individual quanto no coletivo.

11. A partir da Constituição de 1988, que em seu artigo 194 definiu a seguridade social, pode-se assegurar que

- a) a seguridade social trata somente de aposentadorias.
- b) a seguridade social é de competência do Ministério da Segurança Alimentar.
- c) a seguridade social é regulada pela Superintendência de Seguros Privados.
- d) a seguridade social é destinada a assegurar além dos direitos previdenciários também os da saúde e assistência social.
- e) a seguridade social foi criada para gerir o seguro DPVAT.

12. A seguridade social será gerida

- a) pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) como único órgão responsável pela administração dos recursos.
- b) pelo INSS e autarquias Estaduais e Municipais, numa gestão tripartite para gestão dos recursos.
- c) por uma gestão tripartite, compartilhada entre governo, aposentados e trabalhadores.
- d) por uma gestão democrática tripartite entre empregados, empregadores e aposentados.
- e) mediante uma gestão democrática quadripartite, nos órgãos colegiados, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo.

13. Das opções a seguir, qual **NÃO** é objeto de cobertura pela Previdência Social?

- a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada
- b) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntária
- c) salário família e auxílio reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda
- d) pensão por morte do segurado
- e) habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária

14. As verbas oriundas da rescisão do contrato de trabalho deverão ser pagas

- a) até o primeiro dia útil imediato após o término do contrato.
- b) até o décimo dia útil imediato após o término do contrato de trabalho.
- c) até o quinto dia útil imediato após o término do contrato de trabalho.
- d) no primeiro dia útil após a demissão sem justa causa.
- e) assim que o empregado receber o aviso prévio.

15. São direitos dos empregados domésticos após a PEC 72 de 02.04.2013, **EXCETO**:

- a) Horas Extras
- b) Adicional Noturno
- c) Seguro Desemprego
- d) FGTS
- e) Férias

16. Marque a opção que **NÃO** está de acordo com as disposições da Lei 8.112/1990.

- a) A Lei 8.112/1990 admite a tomada de posse por meio de procuração específica.
- b) Ocorrida a posse, o efetivo exercício deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- c) A recondução é uma das formas de provimento de cargo público.
- d) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.
- e) Dentre os requisitos básicos para a investidura em cargo público não figura a nacionalidade brasileira.

17. No que diz respeito ao regime disciplinar do servidor público civil da União, estabelecido na Lei 8.112/1990, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Ser assíduo e pontual ao serviço é dever do servidor público.
- b) É proibido ao servidor público participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- c) A revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo, é uma das condutas que admite a demissão do servidor.
- d) O abandono de cargo é caracterizado pela ausência, intencional ou não, do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.
- e) A ação disciplinar quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão prescreve em 5 (cinco) anos.

18. São atributos dos atos administrativos:

- a) presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade ou coercibilidade, exigibilidade, tipicidade.
- b) presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade ou coercibilidade, exigibilidade, publicidade.
- c) presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade ou coercibilidade, bilateralidade, publicidade.
- d) presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade ou coercibilidade, bilateralidade, tipicidade.
- e) presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, impessoalidade, publicidade, tipicidade.

19. Acerca do regime jurídico-constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, de dois cargos de professor; de um de professor e outro técnico ou científico; de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.
- b) Aos empregados de sociedades indiretamente controladas pelo poder público é permitida a acumulação de cargos públicos.
- c) A remuneração dos servidores públicos somente poderão ser fixadas ou alteradas por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- d) A remuneração dos ocupantes de empregos públicos da administração direta não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

20. Acerca da aposentadoria de servidores públicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O homem pode aposentar-se a partir dos 65 anos com vencimentos proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) Aos 70 anos de idade a aposentadoria é compulsória, com proventos proporcionais.
- c) Os professores que comprovem, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e médio ou no ensino superior poderão se aposentar, com vencimentos integrais, aos 55 anos de idade, se homem, e 50, se mulher.
- d) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- e) A aposentadoria por invalidez permanente é, via de regra, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

21. Conforme disposição do Código Penal Brasileiro é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Ao crime praticado no território nacional, aplica-se a lei brasileira, não sendo observados os tratados, as convenções e as regras de direito internacional.
- e) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

22. Conforme disposição do Código Penal Brasileiro é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Se um fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, são puníveis o autor da coação ou da ordem e o agente que praticou o fato.
- b) Quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, não se pode consumar o crime, tem-se o crime impossível, razão pela qual não se pune sequer a tentativa.
- c) Diz-se doloso o crime praticado por agente que quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.
- d) Diz-se culposo o crime praticado por agente que deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.
- e) Não há crime quando o agente pratica o fato em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.

23. Considerando as disposições do Código Penal Brasileiro analise as afirmativas abaixo.

- I. Considera-se em estado de necessidade quem pratica o ato para salvar de perigo atual (que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar) direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável se exigir.
- II. O estado de necessidade pode ser alegado por qualquer pessoa, ainda que ela tenha o dever legal de enfrentar o perigo.
- III. Em legítima defesa está quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- IV. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Estão corretas **apenas** as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

24. Considerando as penas privativas de liberdade, expressas no Código Penal Brasileiro, analise as afirmativas abaixo.

- I. Considera-se regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média.
- II. O condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 8 (oito) anos, poderá começar a cumpri-la em regime semiaberto.
- III. O condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- IV. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III.

25. Conforme disposição do Código Penal Brasileiro é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) Extingue-se a punibilidade pela morte do agente.
- c) O perdão, no processo ou fora dele, expresso ou tácito, quando concedido a um dos querelados, somente a este se aproveita.
- d) Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime é um dos efeitos da condenação.
- e) Não constituem injúria ou difamação punível o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento do dever do ofício.

26. No que diz respeito aos crimes praticados contra a Administração Pública, expressos no Código Penal Brasileiro é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Pratica o crime de peculato o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.
- b) Não faz parte dos crimes dessa espécie: o funcionário modificar ou alterar sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- c) Dá-se a concussão, quando o funcionário público exige vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- d) Dá-se a corrupção passiva quando o funcionário público solicita ou recebe vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- e) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza o crime de prevaricação.

27. Quanto ao inquérito policial, disciplinado no Código de Processo Penal Brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- b) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- c) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada ou não, a juízo da autoridade.
- d) Incumbe à autoridade policial realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.
- e) A incomunicabilidade, que não excederá três dias, será decretada por despacho fundamentado do Juiz, a requerimento da autoridade policial ou do órgão do Ministério Público, respeitado, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 89, inciso II, do Estatuto da OAB.

28. No que diz respeito à ação penal, expressa no Código de Processo Penal Brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Será extinta no caso de morte do ofendido ou quando este for declarado ausente por decisão judicial.
- b) Será pública, seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município.
- c) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos casos em que caiba a ação pública.
- d) Se o ofendido for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de queixa poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal.
- e) O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito se, com a representação, forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

29. Considerando as disposições do Código de Processo Penal Brasileiro, analise as afirmativas abaixo:

I. Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais, a ação penal será considerada perempta.

II. Em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício.

III. No caso de morte do acusado, é bastante a certidão de óbito para que o juiz declare extinta a punibilidade.

IV. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

a) I e II.

b) II e IV.

c) I, II e III.

d) I, II e IV.

e) III e IV.

30. No que diz respeito às pessoas, conforme disposição do Código Civil Brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

a) Dentre os absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, figuram os menores de 18 (dezoito) anos.

b) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são considerados incapazes relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.

c) Uma das formas de cessação da incapacidade, para os menores, se dá pela concessão dos pais (ou de um deles na falta do outro), mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor se o menor contar com 16 (dezesseis) anos completos.

d) Se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida, poderá ser declarada a sua morte presumida, sem decretação de ausência, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

31. No que diz respeito aos bens, conforme disposição do Código Civil Brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

a) Para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram não são considerados bem imóveis.

b) Não perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro lugar.

c) As benfeitorias voluptuárias são as de mero deleite ou recreio, que não aumentam o uso habitual do bem, ainda que o tornem mais agradável ou sejam de elevado valor.

d) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

e) São considerados bens públicos de uso comum do povo: os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças.

32. Quanto aos negócios jurídicos, conforme disposição do Código Civil Brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Para que um negócio jurídico seja válido, são necessárias três condições. Uma delas é que o agente seja capaz.
- b) É nulo o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.
- c) Computam-se os prazos excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, salvo disposição legal ou convencional em contrário. Entretanto, se o dia do vencimento ocorrer em feriado, considera-se prorrogado o prazo até o dia útil seguinte.
- d) São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- e) Os negócios jurídicos são anuláveis por dolo quando este for a sua causa.

33. Considerando as disposições do Código Civil Brasileiro, analise as afirmativas abaixo.

- I. Comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- II. Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- III. A prescrição não se interrompe ou se sobresta contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- IV. O interessado pode renunciar à decadência fixada em lei.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) III e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I, II e III.

34. Considerando as disposições do Código Civil Brasileiro, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Por disposição legal, o direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel.
- b) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- c) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- e) O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, não estará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre o qual se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.

35. Assinale a alternativa que contém uma norma da Constituição da República de 1988 de tipo programática:

- a) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- b) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- c) Igualdades de todos perante a lei, sem distinções.
- d) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- e) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

36. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O controle concentrado de constitucionalidade é exercido pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
- b) Por meio de controle concentrado de constitucionalidade não é possível declarar a inconstitucionalidade de lei municipal.
- c) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental não é cabível quando o dispositivo questionado é lei anterior à Constituição de 1988.
- d) Partidos políticos que não tenham representação no Congresso Nacional, mas que possuam governadores eleitos, podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- e) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade quando o dispositivo questionado é lei orgânica municipal.

37. Acerca do Poder Judiciário, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) São considerados órgãos do Poder Judiciário o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os juízes federais e estaduais, dentre outros.
- b) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
- c) Compete privativamente aos tribunais a criação de novas varas.
- d) O juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal.
- e) O Superior Tribunal Militar é composto por quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

38. Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil, analise as afirmativas abaixo:

- I. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- II. Constitui um dos fundamentos da República a dignidade da pessoa humana.
- III. A erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais não integram o elenco que constitui os objetivos fundamentais da República.
- IV. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil não se rege, dentre outros, pelo princípio da não-intervenção.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) III e IV
- d) II e III
- e) I, III e IV

39. Considerando os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, dispostos no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- b) É assegurado aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas, nos termos da lei, o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem.
- c) Aos autores de inventos industriais, a lei assegurará privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- d) Os princípios do contraditório e da ampla defesa são assegurados somente aos litigantes em processo judicial.
- e) O "habeas-data" será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

40. Considerando as regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto 1.171/1994, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- b) O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.
- c) A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
- d) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso, se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- e) O trabalho desenvolvido pelo servidor público deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu dever legal de servidor público.

41. Considerando os deveres do servidor público, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto 1.171/1994, marque a opção que apresente afirmativa **INCORRETA**.

- a) Respeitar a hierarquia, sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- b) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- c) Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- d) Manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- e) O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

42. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que descreve **conduta vedada** a servidor público, conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto 1.171/1994:

- a) Usar as amizades e influência pessoal para obter vantagens para a administração pública.
- b) Cultivar simpatias e antipatias para com os demais servidores públicos com quem trabalha.
- c) Beber eventualmente uma cerveja durante o almoço.
- d) Reter indevidamente um processo administrativo visando a causar dano a alguém que sabe ser uma pessoa desonesta.
- e) Receber um chaveiro de presente de um cidadão que ficou satisfeito com seu trabalho.

43. Acerca dos deveres do servidor público contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto 1.171/1994, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Zelar, no exercício do direito de greve, pelo patrimônio e os serviços públicos.
- b) Ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- c) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- d) Manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, seguindo os métodos mais adequados à sua organização e distribuição.
- e) Participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.

44. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto 1.171/1994, analise as afirmativas abaixo.

I. A pena aplicável ao servidor é a censura, cuja competência para sua aplicação cabe à autoridade máxima do órgão.

II. Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo Poder Público, deverá ser criada uma Comissão de Ética.

III. As comissões de ética estão encarregadas de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

IV. O código não trata das vestimentas usadas pelo servidor em serviço.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

45. Considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto 1.171/1994, constituem vedações ao servidor público, **EXCETO**:

- a) O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, pra obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.
- b) Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance, ou do seu conhecimento, para atendimento do seu mister.
- c) Apresentar-se embriagado no serviço, ou fora dele, habitualmente.
- d) Dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.
- e) Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviço por quem de direito.

LEGISLAÇÃO

46. A vacância do cargo público está prevista no artigo 33 da Lei 8.112/90 e decorre de:

- a) exoneração, promoção e ascensão.
- b) promoção, aposentadoria e transferência.
- c) remoção, ascensão e aproveitamento.
- d) falecimento, posse em outro cargo inacumulável e aposentadoria.
- e) readaptação, transferência e aposentadoria.

47. Considerando ser o Provimento o ato administrativo por meio do qual é preenchido cargo público, com a designação de seu titular, analise as afirmativas:

I. O aproveitamento é forma de provimento originário e é configurado como o retorno à atividade de servidor em disponibilidade, em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

II. A nomeação é forma de provimento originário, dependendo de aprovação em concurso público de títulos.

III. A reversão, configurada pelo retorno do servidor ao mesmo cargo que ocupava e do qual foi demitido, quando a demissão foi anulada administrativamente ou judicialmente, é forma de provimento derivado.

IV. A readaptação é o reaproveitamento de servidor em outro cargo, em razão de uma limitação física que ele venha a apresentar.

V. Trata-se de provimento derivado a promoção de um servidor de uma classe para outra, dentro de uma mesma carreira, assim ocorre a vacância de um cargo inferior e o provimento em um cargo superior.

Sobre as afirmativas, é **CORRETO** afirmar que

- a) apenas I, II e III estão corretas.
- b) apenas IV e V estão corretas.
- c) apenas II e III estão corretas.
- d) apenas III está correta.
- e) apenas I e III estão corretas.

48. A Lei 8.112/90 é o Regime Jurídico dos Servidores Públicos e prevê

- a) que apenas os servidores civis da União estão vinculados às regras previstas.
- b) que é requisito básico para investidura em cargo público a aptidão física e mental.
- c) que apenas brasileiros natos podem acessar os cargos públicos no país.
- d) que a investidura em cargo público ocorrerá com o efetivo exercício.
- e) que os cargos públicos são providos apenas em caráter efetivo.

49. É vedado ao servidor público, de acordo com o Código de Ética, Decreto 1.171/94:

- a) Exercer atividade profissional ética ou ligar o seu nome a empreendimentos.
- b) Ser reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- c) Usar do cargo ou função para obter favorecimento para o bem comum.
- d) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- e) Utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

50. É uma regra deontológica prevista no Código de Ética - Decreto 1.171/94, **EXCETO**:

- a) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos por todos, à exceção dele próprio, e por isso se exige dele, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- b) Os atos, comportamentos e atitudes dos servidores públicos serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- c) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- d) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas, principalmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- e) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA**

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 33577500

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2014

Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ÁREA/SUBÁREA/ESPECIALIDADE: 211

DIREITO

FOLHA DE RESPOSTA (RASCUNHO)

Questão	Resposta								
01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

Índice de Inscrição: 209
 Área/Subárea/Especialidade: Construção Naval e Pesqueira
 Campus: Piúma

Questão	Resposta								
01	A	11	D	21	A	31	B	41	A
02	D	12	C	22	D	32	C	42	C
03	B	13	E	23	B	33	B	43	A
04	E	14	E	24	E	34	C	44	Anulada
05	C	15	D	25	Anulada	35	D	45	D
06	A	16	C	26	A	36	C		
07	B	17	B	27	Anulada	37	B		
08	D	18	D	28	E	38	D		
09	B	19	C	29	Anulada	39	C		
10	C	20	A	30	A	40	B		

Índice de Inscrição: 210
 Área/Subárea/Especialidade: Direito
 Campus: Barra de São Francisco

Questão	Resposta								
01	B	11	B	21	E	31	E	41	D
02	B	12	B	22	A	32	D	42	D
03	C	13	E	23	C	33	A	43	C
04	E	14	E	24	D	34	C	44	D
05	E	15	C	25	B	35	C	45	B
06	A	16	C	26	A	36	D		
07	B	17	E	27	D	37	C		
08	C	18	D	28	A	38	A		
09	E	19	B	29	C	39	C		
10	E	20	A	30	B	40	D		

Índice de Inscrição: 211
 Área/Subárea/Especialidade: Direito
 Campus: Barra de São Francisco

Questão	Resposta								
01	E	11	D	21	D	31	A	41	E
02	A	12	Anulada	22	A	32	B	42	D
03	C	13	E	23	B	33	B	43	A
04	B	14	A	24	B	34	E	44	D
05	E	15	E	25	C	35	B	45	E
06	C	16	Anulada	26	B	36	Anulada		
07	C	17	Anulada	27	A	37	C		
08	Anulada	18	Anulada	28	A	38	A		
09	B	19	Anulada	29	D	39	D		
10	E	20	Anulada	30	A	40	E		

Índice de Inscrição: 212
 Área/Subárea/Especialidade: Educação
 Campus: Alegre

Questão	Resposta								
01	A	11	A	21	D	31	E	41	B
02	B	12	C	22	C	32	C	42	A
03	C	13	E	23	B	33	E	43	E
04	E	14	D	24	D	34	C	44	E
05	E	15	D	25	E	35	C	45	D
06	A	16	B	26	A	36	E		
07	C	17	D	27	B	37	A		
08	B	18	A	28	E	38	E		
09	D	19	B	29	C	39	D		
10	B	20	A	30	E	40	C		